



Numa época em que crescem as exportações do Calçado e a riqueza dos patrões, a APICCAPS tenta impôr aos trabalhadores o retrocesso social!

Segundo dados da APICCAPS, Associação Patronal que representa as empresas de componentes, calçado, marroquinaria, malas e acessórios, em 2022 Portugal produziu 85 milhões de pares de calçado e exportou 76 milhões de pares no valor de 2.009 milhões de euros, um crescimento comparado com 2021 de 20,2% em valor e 10,5% em quantidade; o preço médio do par de calçado em 2022 foi de 26,40 euros com um crescimento 8,73%. Em suma, o ano de 2022 foi o melhor ano de sempre no que respeita ao valor das exportações. Em 2023 o sector continua a crescer.

Apesar destes excelentes resultados na inovação, qualidade, valor dos produtos e riqueza gerada, durante a última década, a APICCAPS persiste na imposição do retrocesso social e no aumento das desigualdades entre trabalhadores e os patrões. Essa imposição da APICCAPS manifesta-se de forma directa anualmente em sede de negociação do CCT, Contrato Colectivo de Trabalho, cujo fim é regular os direitos e deveres dos trabalhadores e das empresas, numa perspectiva de progresso social, o que significa uma melhoria dos direitos laborais e a distribuição pelos trabalhadores de uma parte da riqueza gerada no sector do calçado.

Assim, a APICCAPS no que respeita aos direitos dos trabalhadores recusa não só a sua progressiva melhoria, como pretende retroceder nos actuais direitos laborais incluídos no CCT do Calçado reduzindo os valores a pagar na adaptabilidade, no 13º mês, trabalho suplementar, no aumento da penalização nas faltas injustificadas, redução do período mínimo de férias de 11 para 10 dias úteis.

As nossas propostas de valorização das carreiras profissionais através de salários dignos para os trabalhadores que exerçam as profissões de terceira, segunda, primeira, encarregado, obtêm como resposta da APICCAPS em 2022 a aplicação do Salário Mínimo Nacional e em 2023 propostas de 5 a 13 euros acima do aprendiz. No subsídio de refeição perante a nossa proposta de 4,5 euros e muitas empresas já a pagarem 5 euros ou mais, a APICCAPS só chegou aos 3,5 euros. Mas atenção, os valores para o aumento do salário e do subsídio de refeição apresentados pela APICCAPS estavam condicionados ao corte de alguns dos actuais direitos incluídos no CCT. Esta proposta da APICCAPS não foi aceite pelos Sindicatos e FESETE.

Perante o impasse nas negociações para 2023 com a APICCAPS, resta-nos o protesto, a luta e a reivindicação em cada empresa

Sendo os trabalhadores deste importante sector da economia portuguesa os principais obreiros dos excelentes resultados obtidos nos últimos anos, é de toda a justiça melhorarem os seus direitos laborais, verem valorizadas as suas carreiras profissionais e a dignificação do seu trabalho através de melhores salários e do subsídio de refeição.

Perante as posições de retrocesso social da APICCAPS que impedem a negociação do CCT, os Sindicatos e a FESETE APELAM aos trabalhadores para que, em unidade, protestem contra as propostas da APICCAPS, reivindiquem e lutem em cada empresa pelo:

- **aumento salarial de 100 euros;**
- **aumento do subsídio de refeição para 4,5 euros.**

DEFENDE OS TEUS DIREITOS! SINDICALIZA-TE! UNIDOS SOMOS MAIS FORTES!

Porto, Junho de 2023

A FESETE/Os Sindicatos



FESETE / CGTP-IN

Avenida da Boavista – N° 583 – 4 100 – 127 – Porto –Telef.: 22-6002377-

E-mail: geral@fesete.pt Portal: www.fesete.pt